

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1. DIREITOS FUNDAMENTAIS: CONCEITO, ORIGEM E FUNÇÕES.....	25
1.1. Direitos fundamentais e direitos humanos: distinção.....	25
1.2. As gerações (ou dimensões) de direitos fundamentais	29
1.3. Os direitos sociais e a Constituição brasileira de 1988.....	37
1.4. Direitos fundamentais: sentido formal e sentido material	42
1.5. Os direitos sociais enquanto direitos formal e material- mente fundamentais.....	49
1.6. As diferentes funções dos direitos fundamentais	54
1.7. Direitos (ou funções) de defesa e de prestação	59
2. A NORMA DE DIREITO FUNDAMENTAL.....	65
2.1. Regras e princípios como espécies de normas jurídicas.....	65
2.2. O duplo caráter das normas de direito fundamental	70
2.3. Conflitos entre regras e colisões de princípios.....	72
2.3.1. Conflitos entre regras: modos de solução.....	72
2.3.2 Colisões de princípios.....	74

2.3.2.1.	A ponderação de bens como critério de solução	74
2.3.2.2.	Ponderação de bens e princípio da proporcionalidade	80
2.4.	A eficácia das normas de direito fundamental	82
2.4.1.	Eficácia e efetividade (eficácia social) das normas constitucionais.....	82
2.4.2.	Os princípios da força normativa e da máxima efetividade da Constituição.....	91
2.4.3.	As normas definidoras de direitos sociais e seu conteúdo programático	95
2.4.4.	A aplicabilidade (ou eficácia) imediata das normas definidoras de direitos fundamentais	103
2.4.5.	A garantia do conteúdo essencial dos direitos fundamentais.....	112
2.4.5.1.	Teoria absoluta e teoria relativa.....	112
2.4.5.2.	Suporte fático amplo e suporte fático restrito	115
2.4.5.3	Teoria externa e teoria interna.....	122
2.4.5.4	O conteúdo essencial como garantia implícita	123
2.4.6	Proibição de retrocesso	125
3.	O DIREITO A PRESTAÇÕES ESTATAIS COMO PROBLEMA ESPECÍFICO.....	135
3.1.	Delimitação do problema.....	135
3.2.	O direito subjetivo ao mínimo existencial enquanto conteúdo mínimo de eficácia dos direitos sociais.....	138
3.3.	Os (aparentes) obstáculos à efetivação judicial dos direitos sociais.....	151
3.3.1.	A (relativa) distinção entre direitos de defesa e direitos de prestação	151

3.3.2. A reserva do possível.....	157
3.3.3. A ausência de delimitação do conteúdo dos direitos sociais	162
3.3.4. A autorrestrrição do Poder Judiciário frente a questões políticas e técnicas e a separação dos Poderes .	167
3.3.5. A (alegada) ausência de instrumentos processuais adequados à defesa judicial dos direitos sociais.....	182
3.4. A ponderação de bens como critério para a efetivação dos direitos sociais pelo Poder Judiciário.....	204
3.5. A justiça social (ou distributiva): a teoria da justiça de John Rawls.....	220
3.6. Direitos sociais, ética e o princípio constitucional da fraternidade.....	231
3.7. Os direitos sociais em espécie	241
3.7.1. A assistência social e a previdência social.....	241
3.7.2. O direito ao trabalho e ao lazer.....	248
3.7.3. O direito à moradia.....	254
3.7.4. O direito à educação.....	262
3.7.5. A proteção à maternidade e à infância	271
3.7.6. O direito à segurança.....	272
3.7.7. O direito ao transporte	275
3.7.8. O direito à saúde	282
3.7.8.1. Considerações iniciais.....	282
3.7.8.2. O Sistema Único de Saúde (SUS).....	290
3.7.8.3. O conteúdo mínimo do direito à saúde...	294
3.7.8.4. Ativismo judicial e a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na judicialização da saúde	306
3.7.8.5. Jurisprudência sobre o direito à saúde: a busca de parâmetros para orientar a atuação judicial	311

3.7.8.6. Alguns julgados de tribunais estrangeiros sobre o direito à saúde	333
3.7.9 O direito à alimentação	347
4. CONCLUSÕES.....	353
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	363